

subsequentes, regulamentada pelo Decreto nº 32.908, de 1992, Emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- A necessidade de prover em caráter emergencial e temporário o quadro de profissionais para a Categoria Profissional de Analista de Saúde – Médico, na especialidade de Clínico Geral para o Ambulatório Descentralizado de Santo Amaro;

- A urgência e inadibiidade de atendimento da prestação de serviços de saúde aos usuários;

- O esgotamento das convocações dos candidatos habilitados no concurso público para provimento das vagas na categoria profissional de Analista de Saúde - Médico na especialidade de Clínico Geral para o Ambulatório Descentralizado de Santo Amaro, realizado por esta Autarquia.

COMUNICA:

1 – Estão abertas as inscrições para candidatas a contratação emergencial, por um período de 12 (doze) meses, para a função de Analista de Saúde - Médico na especialidade de Clínico Geral para o Ambulatório Descentralizado de Santo Amaro, conforme discriminado a seguir:

a) Período de Inscrição: 02, 03, 04, 05, 08 e 09 de janeiro de 2018;

b) Horário: das 8h30 às 15h30;

c) Local: Seção de Apoio Técnico (Ingresso, Cargos, Salários e Acesso) do Departamento Técnico de Gestão de Talentos, sito a Rua Castro Alves nº 151, fundos – Aclimação – São Paulo.

2. A inscrição deve ser efetuada pelo(a) interessado(a) ou procurador(a) devidamente habilitado(a), **GRATUITAMENTE**, mediante o preenchimento de formulário padronizado – Ficha de Inscrição.

3. Número de vagas: 1 (uma).

4. O(s) candidato(s) contratado(s) fica(m) sujeito(s) à remuneração correspondente ao padrão inicial da carreira de Analista de Saúde - Médico e à Jornada de Trabalho de 20 (vinte) horas semanais (J-20), a critério da Administração;

4.1. Remuneração: J-20: R\$ 6.000,00.

I – SÃO CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

1. Ser brasileiro(a) nato ou naturalizado;

1.1. Se estrangeiro(a) deverá comprovar a situação regular e permanente no território nacional, nos termos e atendido às exigências contidas na legislação federal pertinente;

2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data do encerramento das inscrições;

3. Estar em dia com as obrigações eleitorais;

4. Quando do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

5. Não estar incurso na condição de acumulação ilícita de cargos públicos;

6. Possuir diploma de curso superior de medicina, outorgado por entidade oficial ou oficializada;

7. Possuir registro definitivo no Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp);

8. Possuir comprovante de conclusão de Residência Médica;

9. Experiência em Clínica Médica, comprovada (nos moldes do número 2 do item II DA CLASSIFICAÇÃO E DA ENTREVISTA);

9. Não ter sido demitido(a) por justa causa na Administração Indireta, demitido(a) a bem do serviço público na Administração Direta e/ou reprovado(a) no período de experiência na contratação regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas nesta, ou em qualquer outra Autarquia do Município de São Paulo, nos últimos dois anos;

10. Estar ciente que será submetido(a) a exame médico no momento da contratação;

11. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na tácita e integral aceitação das condições estabelecidas no presente Comunicado.

12. A inexistência de afirmativas e ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da assinatura do contrato, implicará na nulidade da inscrição e dos atos dela decorrentes, sem prejuízos da adoção de medidas de ordem administrativa ou judicial.

13. Para inscrever-se o(a) interessado(a) deverá apresentar:

a) Currículo;

b) Comprovante de conclusão de Residência Médica (original e cópia);

c) Experiência em Clínica Médica, comprovada (nos moldes do número 2 do item II DA CLASSIFICAÇÃO E DA ENTREVISTA);

14. Por ocasião da assinatura do contrato, o(a) candidato(a) deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo HSPM, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo.

II DA CLASSIFICAÇÃO E DA ENTREVISTA

1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, utilizando-se para tal, a somatória do total de pontos obtidos na contagem do tempo da experiência.

2. A avaliação da experiência profissional na especialidade será pontuada na seguinte conformidade: 0,5 (meio) ponto por semestre, que deverá ser comprovada por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou declaração em papel timbrado com firma reconhecida ou Certidão de Tempo de Serviço, expedida por órgão competente, apresentar original e cópia no momento da inscrição.

3. Não são aceitos protocolos de documentos, assim, devem ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais, para serem autenticadas pelo(a) receptor(a).

4. Na hipótese de ocorrência de empate na classificação, serão utilizados os seguintes critérios, pela ordem, para desempate:

a) Maior idade;

b) Maior número de filhos menores de 18 anos.

5. Os candidatos serão convocados de acordo com a classificação final e encaminhados para entrevista com o Diretor Departamento Técnico de Atenção à Saúde (DAS) ou quem ele designar, sob a coordenação da Comissão de Concursos

6. Para fins de avaliação da entrevista serão observados os seguintes aspectos:

a) Análise do Currículo Víte;

b) Experiência e interesse compatível com o perfil da Unidade de Trabalho do HSPM;

c) Disponibilidade de horário para trabalhar, compatível com as necessidades de serviço do HSPM e a respectiva Unidade para qual será contratado(a).

7. Disposições gerais:

a) O tempo de experiência profissional concomitante, não é considerado;

b) É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) a apresentação e comprovação dos títulos, inclusive na hipótese de se referirem a documentos emitidos, averbados ou arquivados em Órgãos Públicos;

c) A avaliação do tempo de serviço na função de médico, na especialidade, terá caráter classificatório;

d) Todos os documentos não retirados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da homologação do Processo Seletivo, serão inutilizados.

III – DA BANCA EXAMINADORA

1. O Processo Seletivo passará por Banca Examinadora constituída pela Coordenadora da Seção de Apoio Técnico em Ingresso, Cargos, Salários e Acesso, do Departamento Técnico de Gestão de Talentos, e pela Gerência Técnica de Prática Assistencial do Departamento Técnico de Atenção à Saúde.

IV - DA CONTRATAÇÃO

1. A contratação obedecerá rigorosamente à classificação obtida pelo(a) candidato(a) que será integrante da lista final de classificação.

1.1. A convocação para a formalização da contratação será feita por meio do Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC).

1.2. Fica facultado ao HSPM, em caráter supletivo, o envio de telegrama de convocação para formalização da contratação, sendo de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) aprovado(a) acompanhar a publicação da convocação no DOC, referente ao Processo Seletivo.

1.3. Será considerado(a) desistente, o(a) candidato(a) que não comparecer ao HSPM, na data, horário e local determinados, munido de toda documentação.

2. A contratação do(a) candidato(a) decorrerá da assinatura de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado 12 (doze) meses, com o HSPM, o qual reger-se-á pelas prerrogativas constantes da Lei nº 10.793, de 1989, e não gera, portanto, estabilidade ou direitos correlatos.

3. A contratação do(a) candidato(a) fica condicionada à classificação final no processo seletivo e à apresentação dos seguintes documentos originais:

3.1. 3 (três) fotos 3x4 recentes;

3.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

3.3. Cédula de Identidade;

3.4. Registro no Conselho de Classe de SP;

3.5. Número do PIS/PASEP e Consulta de Cadastro do PIS/PASEP;

3.6. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

3.7. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral;

3.8. Certificado de Reservista (se do sexo masculino);

3.9. Comprovante de Endereço (conta de água, luz, gás ou telefone);

3.10. Diploma;

3.11. Comprovante de conclusão de Residência Médica;

3.12. Experiência em Clínica Médica, comprovada (nos moldes do número 2 do item II DA CLASSIFICAÇÃO E DA ENTREVISTA);

3.13. Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Averbação Judicial;

3.14. Documento que comprove o motivo de demissão, dispensa ou exoneração (somente para Ex-servidor da esfera Federal, Estadual ou Municipal (São Paulo ou outro município))

3.15. Atestado de horário em papel timbrado com os seguintes dados: local, nome completo (sem abreviaturas), endereço e telefone da unidade de trabalho; função exercida pelo servidor e categoria profissional; data de início de exercício do cargo; carga horária semanal bem como a distribuição da jornada de trabalho: data, carimbo legível e assinatura da chefia com a respectiva identificação: nome e cargo que ocupa; provimento do cargo – deverá constar o provimento solicitado para o exercício do cargo. (Somente se possuir outro vínculo público ativo)

3.16. No caso de candidato(a) estrangeiro(a) ou cidadão(ã) português(a), deve ser comprovada a residência permanente no território brasileiro, cabendo ainda, ao(a) estrangeiro(a) apresentar:

a) Carteira de Identidade de estrangeiro ou visto permanente;

b) Documentos de escolaridade convalidados pela autoridade educacional brasileira competente, devidamente traduzido por tradutor juramentado, conforme estabelecido no Decreto nº 42.803, de 2003.

3.17. Não será fornecido ao(a) candidato(a) qualquer documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo para esse fim, a publicação da homologação.

4. O(a) candidato(a) obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao HSPM.

5. O(a) candidato(a) que atender à convocação para a contratação e que se recusar ao preenchimento de vaga, será excluído(a) do cadastro, e fica o fato formalizado em Termo de Desistência.

6. Por ocasião da contratação, o(a) candidato(a) será submetido a exame médico e, quando houver necessidade, a exames laboratoriais, para avaliação de sua saúde.

7. Será eliminado do processo seletivo o(a) candidato(a) que não gozar de boa saúde física e mental.

8. É vedada a contratação da mesma pessoa, ainda que para serviços diferentes pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar do término do contrato, nos termos do § 2º do artigo 3º, da Lei 10.793/89 e alterações subsequentes.

V - DO(A) CANDIDATO(A) PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA

1. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deve declarar, quando da inscrição, ser portador(a) de deficiência, bem como especificar na própria ficha, e submeter-se, quando convocado(a), à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde do HSPM, cujo laudo avaliará a qualificação do(a) candidato(a) como deficiente ou não, se o grau de deficiência o(a) capacita ou não, para o exercício do emprego.

1.1. Nas contratações temporárias, deverá ser reservado o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 10% (dez por cento) das vagas para a contratação dentre pessoas com deficiência.

1.2. Consideram-se deficiências aquelas que se enquadram nas categorias no artigo 1º, do Decreto Federal nº 6.949/09 como norteador das hipóteses de deficiência de que trata o artigo 2º da Lei Municipal nº 13.398/02.

2. A Perícia Médica será realizada por junta médica, coordenada pela Gerência Técnica de Atendimento à Saúde e Segurança do Trabalhador (Gesst/Sesmt) do HSPM.

VI - DOS RECURSOS

1. Dos atos da Administração relativos ao processo seletivo, cabe recurso, o qual deve ser dirigido ao(a) Superintendente do HSPM, e protocolado na Seção de Apoio Técnico (Ingresso, Cargos, Salários e Acesso), do Departamento Técnico de Gestão de Talentos, sito à Rua Castro Alves, nº 151, Liberdade – São Paulo, aos cuidados do(a) Presidente da Comissão de Concursos, no horário das 8h às 16h.

2. Fica assegurado ao candidato, o direito de interpor recurso, no prazo de 1 (um) dia útil.

3. Decorrido o prazo recursal ou após o despacho relativo a(os) recurso(s) eventualmente interposto(s), será homologado o Processo Seletivo.

EDITAIS

GABINETE DO PREFEITO

RELAÇÕES SOCIAIS

SECRETÁRIO ESPECIAL

1º RETIFICAÇÃO DO EDITAL 39/SGM/SERS/2017 – PUBLICADO NO DOC DE 27/12/2017 – RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS DA ELEIÇÃO DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – BIÊNIO 2018/2019 POR ORDEM DE NÚMERO DE VOTOS OBTIDOS, POR PREFEITURA REGIONAL E SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS.

O resultado da Eleição dos (as) candidatos (as) inscritos ao Conselho Participativo Municipal e à Cadeira Extraordinária para Imigrantes, realizada em 03/12/2017, para o biênio 2018/2019, nos termos dos itens 2 e 2.1 do Edital nº. 26/ SERG/2017, e do art. 34 e 35 da lei 15.764, do decreto nº 56.208 de 2013, 57.829 de 2017 e do decreto 54.645 de 2013. Leia-se como segue e não como constou:

CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	29018	RICARDO VIANA RIBEIRO	124	M	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	29418	TELMIRA ANUNCIACÃO SANTOS	118	F	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	29618	WALDIR ANTONIO PEREIRA	111	M	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	28818	RENATA PARANHOS DE SOUZA	83	F	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	29218	SINDY RODRIGUES SOUZA DOS SANTOS	42	F	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	29919	CELSO DUTRA	29	M	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	28518	MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA	12	M	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	29318	SONIA MARIA ALVES PEREIRA	*8	F	Eleito (a)
CIDADE ADEMAR	CIDADE ADEMAR	28618	MARIANA GOMES MENDES DA SILVA	8	F	Eleito (a)
PR REGIONAL	DISTRITO	Nº CANDIDATO	NOME	TOTAL	GÊNERO	STATUS
LAPA	PERDIZES	53943	JOSE ANTONIO CHINELATO ZAGATO	* 16	M	Eleito (a)
LAPA	PERDIZES	53343	ARTHUR AUGUSTO SCISCI	16	M	Suplente
LAPA	VILA LEOPOLDINA	55644	WELTON WASHINGTON VIEIRA DE OLIVEIRA	16	M	Eleito (a)
PENHA	CANGAIBA	67556	DONATO JOSE LOPES	* 35	M	Eleito (a)
PENHA	CANGAIBA	63656	FERNANDO HENRIQUE DE SOUZA SILVA	35	M	Suplente
PENHA	CANGAIBA	63456	DEILZA GOMES BESERRA	21	F	Suplente

São Paulo, 28 de dezembro de 2017.

MILTON FLÁVIO MARQUES LAUTENSCHLAGER, Secretário Especial de Relações Sociais

SEGURANÇA URBANA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/ SMSU-GAB/2017

VISA AO CADASTRAMENTO DE PLATAFORMAS DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM QUE SE INTERESSEM NA INSERÇÃO DO NOME NO SITE www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br PERTENCENTE À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

A **Secretaria Municipal de Segurança Urbana** torna público, para ciência dos interessados, que estará recebendo, até 31 de dezembro de 2019, propostas visando ao cadastramento de Plataformas de Armazenamento em Nuvem que preencham os requisitos do anexo I, que se interesse na publicação de seus dados no site do projeto City Câmeras, regulamentado pela Portaria nº 40, de 15 de julho de 2017, devendo os proponentes interessados apresentar fichas de inscrição preenchidas, nos termos aqui estabelecidos.

1. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

O PROJETO CITY CÂMERAS é um programa desenvolvido pela Secretaria de Segurança Urbana visando ao monitoramento eletrônico de imagens. O programa busca reunir as imagens já existentes na cidade de São Paulo em uma plataforma única e acessível a todos, com o escopo de reduzir a ação de criminosos e aumentar a sensação de segurança e bem-estar da população da cidade.

2. OBJETIVO

2.1. – O presente edital tem por objetivo a listagem de dados das plataformas de armazenamento em nuvem que manifestem interesse na publicação dos dados no site do projeto referido, por meio do preenchimento da ficha de inscrição e dos requisitos dos anexos, objetivando a conjugação de esforços para a redução das ações criminosas, aumentando a sensação de segurança e bem-estar.

2.2. – O Poder Público autorizará a inserção do nome da plataforma no site do City Câmeras, obedecidas as restrições legais aplicáveis ao caso concreto.

2.3. – O logo do Projeto City Câmeras deverá constar em todas as câmeras aderentes ao Programa.

2.3.1. – Os custos relacionados com a fabricação da placa com o logo do Projeto deverão ser de responsabilidade dos interessados neste Edital, devendo ser observados para tal os limites na Lei 14.223, de 26 de setembro de 2006;

2.3.2. – A placa deverá seguir as especificações constantes no anexo VII.

2.4. – A empresa interessada deverá, ainda, realizar o cadastro de seus clientes por meio do preenchimento do formulário disponível no Anexo VII, que deverá ser assinado pelos mesmos.

3. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

3.1. Qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira em situação regular no país, pessoa jurídica nacional, consórcio liderado por empresa nacional, grupo de empresas nacionais e/ou de pessoas físicas nacionais ou estrangeiras em situação regular no país, poderá se habilitar para os fins do presente Chamamento Público, desde que apresentados os documentos exigidos e atendidas as demais normas preconizadas neste edital.

4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. As inscrições poderão ser realizadas por meio eletrônico através do e-mail: smstcitycameras@prefeitura.sp.gov.br.

4.2. As inscrições deverão ser formalizadas por meio do encaminhamento do e-mail com menção expressa ao edital de chamamento público nº 01/SMSU – GAB/2017, contendo ficha de inscrição e seguintes arquivos digitalizados:

4.2.1. Na hipótese de pessoa física:

a) ficha de inscrição (anexo II) devidamente preenchida;

b) cópia do RG e CPF/MF;

c) cópia do comprovante atual de residência;

d) certidão negativa unificada de tributos emitida pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, do Município de São Paulo;

d.1) Caso a pessoa física não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, conforme modelo (anexo III);

d.2) Caso a pessoa física possua mais de um cadastro mobiliário – C.C.M. – neste Município de São Paulo deverá apresentar certidão negativa de débitos tributários mobiliários relativa a cada cadastro que possua.

e) certidão negativa de débitos de Tributos Imobiliários ou Certidão de Rol Nominal;

f) comprovante da inexistência de inscrição no Cadastro Informativo Municipal – CADIN;

g) certidão positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas.

4.2.2. Na hipótese de Pessoa Jurídica:

a) ficha de inscrição (anexo III) devidamente preenchida;

b) cópia do contrato social ou estatuto social em vigor, devidamente registrado no Órgão Competente, ou Decreto de Autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

c) cópia do R.G. e CPF dos sócios ou dos representantes legais;

e) cópia de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil;

f) certidão negativa unificada de tributos emitida pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, do Município de São Paulo;

f.1) Caso a pessoa jurídica não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, conforme modelo (anexo IV);

f.2) Caso a pessoa jurídica possua mais de um cadastro mobiliário – C.C.M. – neste Município de São Paulo deverá apresentar certidão negativa de débitos tributários mobiliários relativa a cada cadastro que possua;

g) certidão negativa de débitos de Tributos Imobiliários ou Certidão de Rol Nominal;

h) comprovante de inexistência de inscrição no Cadastro Informativo Municipal – CADIN;

i) certidão positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas.

4.3. Não serão aceitos documentos rasurados.

5. DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.1. Serão indeferidas:

a) as inscrições que não atenderem aos termos do item 3 – Das Condições de Habilitação;

b) as inscrições que não atenderem aos termos do item 4 – Da Inscrição e da Documentação;

c) as plataformas de armazenamento em nuvem que não tiverem capacidade de gravação mínima de 07 (sete) dias de imagens, além das especificações de integração do anexo I.

6. DO PROCESSAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O processamento das propostas de cadastramento, pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, compreenderá os seguintes atos:

a) recepção dos documentos encaminhados via e-mail e análise de sua compatibilidade com os termos do edital, pela equipe técnica do City Câmeras e, caso seja necessária, a solicitação de informações e documentos complementares para subsidiar a análise da proposta;

b) autuação do respectivo processo eletrônico;

c) manifestação da Assessoria Jurídica da Secretaria;

d) deliberação final quanto à aceitação ou não da proposta pelo Chefe de Gabinete da Secretaria e publicação da referida decisão no Diário Oficial da Cidade.

6.2. Na hipótese de decisão de aceite do cadastro da plataforma de armazenamento em nuvem, será inserido o nome da plataforma no site do Projeto City Câmeras.

6.3. A desistência do proponente no curso do processo ensejará o arquivamento do mesmo, não cabendo a interposição de recursos ou pedidos de reconsideração.

6.4. A decisão de não aceite ou indeferimento é definitiva não cabendo a interposição de recursos, pedidos de reconsideração ou manifestações análogas, caberá nova inscrição no caso de fato novo.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1. As inscrições objeto do presente Edital de Chamamento poderão ser apresentadas a qualquer tempo, até 31 de dezembro de 2019.

7.2. Eventuais dúvidas ou solicitações de esclarecimentos complementares deverão ser encaminhadas pelo e-mail smstcitycameras@prefeitura.sp.gov.br.

ANEXO I

REQUISITOS TÉCNICOS</